

Meta é menos interferência

AGÊNCIA ESTADO

No telegrama enviado ontem aos empresários, o presidente Sarney garantiu que a revisão da política de preços visa, principalmente, diminuir a interferência do Estado na economia. "O governo — afirmou o presidente — já tomou várias medidas nesse sentido, como o estímulo imediato às exportações, e todas as reivindicações que não puderam ser atendidas estão sendo objeto de análise de um grupo informal de assessores especialmente criado com esse objetivo."

Embora a mensagem de Sarney aos 25 empresários que participaram da reunião de 23 de março em Itatiba, interior paulista, viesse escrita em um número de linhas bem menor que a dirigida aos presidentes das nove confederações e três centrais sindicais de trabalhadores, o presidente observa que "todas as sugestões apresentadas pelo empresariado se transformaram num acervo de muita utilidade para a elaboração de uma política governamental na área de interesse dos empresários".

A ênfase do presidente recaiu sobre a questão das exportações onde ele especificou que tem contribuído da seguinte forma: equiparando as taxas de juros reais internas e internacionais; desvinculando algumas exportações da necessidade de transferência física da mercadoria para o Exterior — através do regime de depósito alfandegário certificado — ampliando as facilidades para importações sem cobertura cambial; alocando recursos para o financiamento das exportações, tornando mais flexíveis as regras de concessão de financiamento à produção para a exportação e à realização de operações de crédito com empresas comerciais exportadoras.

TRABALHADORES NO CMN

No telegrama enviado aos líderes sindicais, Sarney enumera seis decisões para atender as reivindicações feitas no último sábado na Granja do Torto, e destaca a participação dos trabalhadores no Conselho Monetário Nacional (CMN) e a interferência

do Dieese, Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas, na fixação da metodologia dos índices oficiais de preços. "O governo aceita e deseja a participação dos trabalhadores na formulação da política econômica", afirmou Sarney.

O presidente anunciou ainda ter determinado providências para assegurar a participação dos trabalhadores no Lloyd Brasileiro e a elaboração, no âmbito do Ministério do Trabalho e com a participação da classe, de uma nova lei sindical "baseada nos princípios da autonomia e da liberdade, unanimemente reivindicados".

Outra reivindicação dos sindicalistas atendida pelo presidente foi a Comissão de Assessoramento Presidencial para o problema da dívida externa. Ele também adiantou que foi aprovada a decisão de preparar um "Livro Branco" e uma cartilha — para distribuição entre a classe trabalhadora — sobre o problema da dívida brasileira com os bancos estrangeiros.

Sarney também comunicou às lideranças sindicais ter enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei para elevar o piso da aposentadoria e atualização dos benefícios da previdência urbana corroídos pela política salarial entre 1979 e 1984. Sarney afirmou que esta medida constava do item 2 da pauta unificada de reivindicações apresentada pelas lideranças sindicais na reunião da Granja do Torto.

Assim como assinalou em seu telegrama aos empresários, Sarney reconheceu que nem todas as reivindicações puderam ser atendidas mas, para atendê-las num futuro próximo designou uma comissão informal de assessores com o objetivo de "acompanhar todo o processo". Fontes do Palácio do Planalto revelaram que a liderança dessa comissão estaria com o embaixador Rubens Ricúpero.

O presidente assinalou ainda que todos os pontos levantados pelos trabalhadores na reunião foram ainda encaminhados ao ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto e, em seguida, a todos os ministérios do seu governo.